

Macroeconomia moderna: as lições de Keynes para economias em desenvolvimento

Carmem Feijó e Eliane Araújo (Eds.)

Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. 201 páginas.

A teoria macroeconômica se tornou oficialmente objeto de estudo com o lançamento da *Teoria geral do emprego do juro e da moeda*, de Keynes, com a função de buscar explicações para os ciclos econômicos, indicando possíveis erros e potenciais alternativas para promover o pleno emprego. A revolução do pensamento keynesiano surgiu como uma resposta à necessidade de readaptação das economias após os eventos da Grande Depressão causada pela crise de 1929. A contribuição de Keynes deu origem à Síntese Neoclássica, teoria dominante na academia por aproximadamente quarenta anos, “coincidindo” com o período de crescimento do pós-Segunda Guerra Mundial, que produziu a Era de Ouro do Capitalismo.

Interrompendo o período de alto crescimento, os anos 1970 trouxeram grande instabilidade, iniciando uma crise de oferta; com alta inflação e baixo crescimento econômico. A teoria macroeconômica passa por um processo de transformação, com a escola Novo Clássica assumindo posição hegemônica, pregando que os comportamentos otimizadores dos agentes no nível microeconômico garantem o equilíbrio em todos os mercados. Dessa forma, a intervenção estatal deveria ser limitada ao mínimo possível. No limite, os ciclos econômicos estariam eliminados e a possibilidade de crises e recessões prolongadas deixada para trás.

1. Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2. Economista. Doutoranda da Universidade Federal Fluminense (UFF).

No entanto, uma nova crise – a financeira, que se iniciou no biênio 2007/2008 – voltou a devastar as economias mundiais, jogando grande parte dos países em um ciclo recessivo. A eclosão da crise significou um desafio ao consenso na teoria macroeconômica e seus paradigmas. A aparente calma do período da Grande Moderação ocultava a crescente instabilidade gerada pelo aumento do risco financeiro, fruto, especialmente, da desregulamentação dos mercados, e a globalização financeira.

No ambiente da Grande Moderação, o estudo alternativo ao ortodoxismo neoclássico foi se limitando a grupos de heterodoxos que entendiam que o liberalismo econômico não resolvia o que se propunha a resolver. A ideia de que os agentes econômicos, ao agirem de forma a maximizar seu próprio bem-estar, estariam gerando o melhor resultado para a sociedade é baseada em hipóteses inverossímeis (como o mito do livre mercado ou de informações perfeitas, para citar apenas alguns). De fato, com o advento da referida crise, a política macroeconômica convencional não soube endereçar os principais problemas que a sociedade enfrentava e, a partir de então, o consenso macroeconômico passou a ser questionado com mais ênfase. Assim, as teorias de Keynes retomaram certo protagonismo nas discussões macroeconômicas.

Aqui no Brasil, o ensino de macroeconomia heterodoxa encontra-se em estágio bastante avançando, fazendo do país um centro importante para discussões de cunho desenvolvimentista e para a produção de pesquisa acadêmica sobre as especificidades do desenvolvimento das economias periféricas. Desde Celso Furtado, o economista brasileiro de maior reconhecimento internacional, o país tem estado presente em fóruns relevantes no debate sobre alternativas de políticas econômicas em prol do crescimento com equidade e da mudança estrutural das economias subdesenvolvidas.

É nesse cenário que recebemos com muito gosto o livro recém-lançado pela Associação Keynesiana Brasileira (AKB): *Macroeconomia moderna: as lições de Keynes para as economias em desenvolvimento*. O livro está muito bem organizado pelas excelentes economistas e professoras Carmem Feijó e Eliane Araújo, que ocupavam a presidência da associação até agosto de 2018. O prefácio é do professor Luiz Fernando de Paula, ex-presidente da AKB. Tendo a obra de Keynes e de seus sucessores como referência, os quatorze capítulos, divididos em quatro partes, que integram a coletânea trazem *insights* importantes sobre o avanço na construção de uma teoria macroeconômica cujo foco são as economias dependentes de tecnologia e que apresentam estruturas produtivas heterogêneas e elevada desigualdade de renda e riqueza, como a brasileira.

A primeira parte – “Institucionalistas, regulacionistas e pós-keynesianos” – mostra como é possível estabelecer o diálogo da escola de pensamento pós-keynesiana com correntes de pensamento heterodoxo – a institucionalista e a regulacionista. O capítulo 1 trata da falácia da composição microeconômica – ou seja, a maximização dos interesses individuais não necessariamente gera o melhor resultado macroeconômico. O capítulo 2 discute como o processo de crescimento e a adoção de políticas econômicas compatíveis com essa finalidade exigem estruturas macroeconômicas condizentes com as especificidades de cada país. A economia é uma ciência social e deve ser estudada levando-se em conta condições sociais, econômicas, históricas e estruturais de cada economia. O Estado nacional, submetido aos interesses financeiros externos, molda a ordem institucional e social do país. Neste contexto, o Estado é cooptado por interesses financeiros, redirecionando suas ações para a manutenção da supremacia dos mecanismos de mercado. Torna-se um Estado instável e contraditório.

A segunda parte – “O papel do Estado e da política econômica” – com cinco capítulos, explora temas relacionados ao papel do Estado e das políticas econômicas – fiscal, monetária, industrial e desenvolvimentista. Essa parte aborda como a macroeconomia keynesiana e o novo-desenvolvimentismo se complementam para explicar a dinâmica de desenvolvimento de economias inseridas de forma assimétrica no sistema financeiro internacional. Trata, também, das especificidades de políticas econômicas para economias periféricas. O Estado tem, na teoria keynesiana, o papel de promover o desenvolvimento econômico e deve usar todos os instrumentos disponíveis para alcançar seu objetivo.

A política cambial e modelos de crescimento pós-keynesianos são discutidos na parte três do livro – “Mudança estrutural e taxa de câmbio”. Essa parte conta com cinco capítulos que abordam temas essenciais para economias periféricas que apresentam severa restrição de balanço de pagamentos. A necessidade de diminuir a heterogeneidade estrutural e promover o *catching up*, bem como estudos sobre os padrões de crescimento, estão presentes em uma discussão dinâmica e eficaz.

Finalmente, a quarta parte do livro – “Papel do sistema financeiro em economias monetárias” – discute, em três capítulos, a estrutura do sistema financeiro em economias com elevado grau de incerteza e mostra como têm evoluído as formas de financiamento do investimento. A importância do crédito em economias monetárias, a fragilidade financeira, o papel dos bancos públicos e a instabilidade inerente do mercado de crédito são centrais na discussão dessa parte.

Em resumo, os capítulos tratam de temas relevantes ao atual momento: a regulação financeira, a financeirização e sua relação com o (sub)desenvolvimento, a organização do Estado enquanto agente indutor do desenvolvimento. Abordam também temas essenciais como determinação da taxa de câmbio de equilíbrio e modelos de restrição externa, conversando com o novo-desenvolvimentismo, a política fiscal e as finanças funcionais, a política monetária e o regime de metas de inflação, a política industrial e a intencionalidade do Estado. Como não poderia deixar de ser em uma obra pós-keynesiana, o livro trata também da funcionalidade do crédito e do papel dos bancos públicos para o processo de desenvolvimento.

São temas heterogêneos que se completam no objetivo maior dos pós-keynesianos: promover o pleno emprego e o desenvolvimento por meio da mudança estrutural. A missão é ousada e a obra responde à altura.

Por fim, vale mencionar que os autores dos capítulos bem representam a comunidade de pesquisadores em macroeconomia heterodoxa, trazendo representantes de muitas instituições do país.³ A produção acadêmica na tradição do pensamento econômico latino-americano desenvolvimentista, com foco em Keynes e seguidores, ainda tem muito a compartilhar para elevar o nível do debate acadêmico em nosso país e contribuir para o avanço do entendimento sobre o funcionamento de economias em desenvolvimento.

Carmem e Eliane conseguem organizar uma obra multidisciplinar essencial para o entendimento do Brasil atual, problematizando os principais entraves ao crescimento econômico e possíveis alternativas para superá-los. Mais do que um emaranhado de opiniões, o livro é uma coletânea de estudos de grandes economistas pós-keynesianos que pensam o mundo de forma a promover o desenvolvimento e já pode ser considerado uma obra essencial para discutir o Brasil atual, tão complexo e cheio de nuances. O livro também presta uma homenagem póstuma a Fernando José Cardim de Carvalho, patrono da AKB, e um dos maiores difusores da escola pós-keynesiana no Brasil.

3. São autores no livro por ordem dos capítulos e com as respectivas filiações profissionais: Octávio A. C. Conceição (UFRGS); Miguel Bruno (Uerj, Ence e Mackenzie-Rio); Fernando Ferrari Filho (UFRGS); Fabio Terra (UFABC); Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV-SP); Carmem Feijó (UFF); Eliane Araújo (UEM); André Nassif (UFF); Ricardo Araújo (UnB); Marco Flávio da Cunha Resende (UFMG); Luciano Ferreira Gabriel (UFV); Frederico Gonzaga Jayme Jr. (UFMG); José Luis Oreiro (UnB); Bernardo Mattos Santana (BNDES); Rogério Studart (Brookings Institute); Antônio José Alves Jr. (UFRJ), Anderson Cavalcante (UFMG); Fernando Fellows Dourado (UFRJ) e Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB).